



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Seguridade social no Brasil.

## POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUAS EM FORTALEZA: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS USUÁRIAS DE CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA (CE)

LEILA MARIA PASSOS DE SOUZA BEZERRA<sup>1</sup>  
GRAZIELA DE OLIVEIRA ALMEIDA<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa narrativas e experiências de mulheres negras usuárias de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em Fortaleza–CE acerca da Política de Assistência Social (PAS). Tematiza sobre as relações interseccionais entre gênero, etnia-raça e situação de pobreza como estruturantes das dinâmicas socioterritoriais de materialização desta política pública. Problematisa as normativas desta política pública e em sua implementação nos CRAS. Adotou-se a abordagem qualitativa, com uso de entrevista semiestruturada e observação. Os resultados indicaram não priorização das particularidades do perfil majoritário das usuárias dos serviços socioassistenciais. As interlocutoras não percebem a PAS como direito e constroem suas microrresistências.

**Palavras-chave:** Gênero; Raça/etnia; Pobreza; Política de Assistência social.

**Abstract:** This article analyzes the narratives and experiences of black women users of Social Assistance Reference Centers (CRAS) in Fortaleza–CE about the Social Assistance Policy (PAS). Thematics about the intersectional relations between gender, ethnicity-race and poverty situation as structuring of the socio-territorial dynamics of the materialization of this public policy. It problematizes the norms of this public policy and its implementation in CRAS. The qualitative approach was adopted, using a semi-structured interview and observation. The results indicated a lack of prioritization of the characteristics of the majority profile of the users of social assistance services. The interlocutors do not perceive the PAS as a right and build their micro-resistances.

**Keywords:** Gender; Race / ethnicity; Poverty; Social Assistance Policy.

### 1- INTRODUÇÃO

Este artigo tematiza sobre narrativas e vivências das mulheres, sobretudo negras, na condição de usuárias dos serviços socioassistenciais ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)<sup>3</sup> situados nos

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará. E-mail: <leila.passos@uece.br>

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará.

<sup>3</sup>O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais

bairros Granja Portugal e Canindezinho, na região do Grande Bom Jardim, em Fortaleza-Ce. Problematicamos imagens estereotipadas socialmente reproduzidas acerca destas *mulheres-usuárias* da política de assistência social em tensionamento crítico com suas autopercepções e experiências de vidas. A pesquisa de campo foi sustentada por um levantamento bibliográfico em vias qualitativas, pesquisa documental para análise das normativas regulatórias desta política pública, com foco na Proteção Social Básica (PSB) e sua materialização no âmbito dos Centros de Referência da assistência Social (CRAS). Em paralelo, adotamos o diário de campo, mediante a sistemática de observação e a realização de entrevistas semiestruturadas com usuárias de CRAS para então, exercer a tessitura teórica-empírica, percorrendo sobre as surpresas e as problemáticas contidas nos achados da pesquisa.

*A priori*, falamos de mulheres que carregam marcas *abjetas* de um processo histórico que ultrapassa qualquer mero plano de coincidência. Segundo dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010), a população negra continua a exercer em maiores números trabalhos subalternos, precarizados e informais, assim como seguem residindo em áreas de maiores vulnerabilidades. Ainda, somando-se às relações étnico-raciais, têm-se o fato de que as mulheres negras – aqui sujeitas desta pesquisa – carregam, em suas dinâmicas de vida, o peso histórico das opressões dirigidas às mulheres. Às mulheres, por muito – e ainda hoje – foram direcionadas ao silenciamento e a espaço privado. Entretanto, as interseccionalidades entre relações étnico-raciais e de gênero possuem especificidades próprias a situarem as *mulheres negras* em patamares diferenciados das *mulheres brancas*, as situando em situações de vulnerabilidades, fazendo assim com que as mesmas encontrem-se em números majoritários no campo da Política de Assistência Social; política esta com forte recorte feminino em sua própria construção.

Entretanto, como se dá de fato esta relação? Propusemos, no presente trabalho, questionamentos acerca da responsabilidade do Estado, na

---

no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias” (BRASIL, 2016, p. 9-10).

forma desta política, perante este perfil de sujeitas, indicando as reais urgências que deveriam ser postas em debate por esta Política Pública.

## **2. CONTEXTUALIZANDO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UM RECORTE NACIONAL E TERRITORIAL: PERCEPÇÕES DE USUÁRIAS DOS CRAS ENTRE A CONSTRUÇÃO E O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS**

*A priori*, quando falamos sobre a Política de Assistência Social, estamos nos referindo a um campo estatal que, segundo Couto, Yazbek, Ozanira e Raichelis (2010), se configurou como “não política”, a possuir uma forte conotação de filantropia leiga e caridade cristã, na qual, orientada por uma jogatina política, sob uma perspectiva de interesses, a demarcar uma dinâmica clientelista, equiparou as ações assistenciais à “ajuda” aos mais “necessitados”, aqueles destituídos (as) das condições mínimas de sobrevivência. Soma-se a isto, ainda, uma significativa presença das “Damas de Caridade” pertencentes às elites e, vias de regras, a possuírem vínculos religiosos com a igreja católica. Fortalece, assim, um imaginário social brasileiro, a caracterizar as práticas assistenciais como benevolentes e/ou caridosas, e não como direitos de cidadania.

Iamamoto (2012), ao analisar este contexto, caracterizado pela relação entre Estado e sociedade, destaca a institucionalização do campo socioassistencial que se deu no período no qual o Estado é chamado a agir para atenuar o conflito entre as classes sociais fundamentais, burguesia *versus* trabalhadores, nos anos 1940, no governo de Getúlio Vargas. Tratava-se, segundo a supracitada autora, também de controlar e absorver, por meio legislativo, a nova classe industrial que emergia no cenário nacional. Entretanto, exercendo um pequeno salto na história, adentro nos anos 1970 para sinalizar um processo, denominado por Carvalho como a rearticulação da sociedade civil, no qual ocorrem lutas que visam problematizar a “questão social, sob a ótica de uma ampliação da cidadania” (CARVALHO, 2008, p. 21). Chegamos a um

contexto que aqui se torna ponto chave a ser retomado – o período de redemocratização brasileira – dada a sua importância na configuração do sistema de nossa proteção social, em especial, da elevação da assistência social ao *status* de política pública, demarcada na Constituição Federal de 1988.

Trata-se de uma ebulição social constituída no pós período autocrático – burocrático – burguês brasileiro (NETTO, 2011), composto por personagens que, segundo Carvalho (2008) se puseram a pensar e lutar por um País democrático no correr do anos 1970 e 1980. Sujeitos e sujeitas que, segundo esta autora, uma vez inseridos (as) em processos de discriminações e filantropia, organizaram-se, “transformando-se em sujeitos de direitos, que se pronunciam sobre os parâmetros de equidade nas questões que lhes dizem respeito” (CARVALHO, 2008, p.20).

Será em meio a esta conjuntura, que a Constituição Federal de 1988 irá despontar como via de expressão da insatisfação popular, carregando, em suas reivindicações, a viabilização e o fortalecimento das Políticas Sociais Públicas, dentre elas, a Política de Assistência Social. Inserida no tripé da Seguridade Social, em conjunto com a Saúde e a Previdência social, a Política de Assistência Social adentrou, oficialmente, no campo da proteção social, a caracterizar um avanço significativo em seu direcionamento enquanto política pública de direito, na tentativa de romper com o viés de “ajuda”, do assistencialismo e da benesse.

Entretanto, para analisar essa tentativa de ruptura, apontamos a necessidade de também se levar em conta o horizonte que sombreia esses respectivos avanços. Referimo-nos a um contexto nacional e internacional desfavorável à garantia de direitos sociais e que segue como pano de fundo da elaboração desta Constituição Federal, pois, será, estritamente, na década de 1980 que, segundo Yazbek, Sposati, Bonetti, Brandt (1998), a economia brasileira em crise volta seu foco para a gestão da dívida externa, sujeitando-se, em meio a um processo recessivo, a um controle do Fundo Monetário Internacional (FMI). Desta forma, segundo Yazbek (2012) o início da construção da Seguridade Social ocorre concomitantemente às transformações econômicas em âmbito internacional, no qual, dentre outras, são marcadas pela consolidação do projeto neoliberal, financeirização do capital e políticas focalizadoras.

Segundo a supracitada autora, o que se propôs, em termos de construção de Seguridade Social, não conseguiu ser, de fato, efetivado.

Este conflito de interesses se agrava, ainda, na década seguinte, "quando o país, ao final do século XX, deflagra a sua entrada, tardia e intensiva, no ciclo de ajuste da América Latina ao capitalismo mundializado", conforme demarcaram Carvalho e Guerra (2015, p.50). Destarte, tomaremos esta inserção enquanto via analítica para melhor compreender, como apontado por Almeida e Bezerra (2016), o embate central entre a busca por um Estado democrático e um Brasil, de fato, direcionado a um projeto político-ideológico de cunho neoliberal. É nesta confluência destes dois processos distintos que a Política de Assistência Social, recém-constituída enquanto política pública de direito, irá seguir, a passos trôpegos, por caminhos intempestuosos e imprevisíveis. Entretanto, estes têm sido marcados, também, por focos significativos de resistências e de lutas – nos referimos, sobretudo, aos (às) profissionais que compõem este campo – a serem refletidas e consolidadas, *a priori*, pelas normativas elaboradas no campo socioassistencial, visando estruturar e fortalecer a condição de política pública de direito.

Em verdade, enquanto resultado das contradições impostas, tem-se o fato de que sua Lei reguladora nasce tardiamente. Aludimos à Lei Orgânica da Assistência social (LOAS), de 1993 que, delineada na Constituição Federal de 1988, surge após terem se passado cinco anos de promulgação desta Carta Magna. Caracteriza, entretanto, em meio a tempos desfavoráveis, um passo de cunho significativo para o avançar desta Política Pública, pois surge para dar solidez e direcionamento à esta. Acerca do significado da efetivação da LOAS (1993), Yazbek, Sposati, Bonetti, Brandt, no livro "Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras - uma questão em análise", ressaltaram que "a LOAS inovou ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo" (1998, p.34). A inovação da LOAS ao destacar, sobretudo, o Estado no centro da universalização e da garantia dos direitos, indicou um avanço da Política de Assistência Social na conjuntura

neoliberal<sup>4</sup> dos anos 1990, demarcada por uma experiência de ajuste estrutural, no qual, segundo Carvalho e Guerra (2015) tem-se uma intervenção estatal significativa em uma dinâmica de financeirização do processo de acumulação.

Destarte, esta será a configuração do Estado no Brasil ao adentrarmos os anos 2000, amparado por setores econômicos de interesses individuais, a incidirem enquanto força contrária aos direitos sociais. Contudo, em meio a essa contínua relação conflituosa a margear as dinâmicas societárias brasileiras, assiste-se ao nascimento, como vias de resistências, de outras leis e normas a buscarem a consolidação dos pressupostos existentes na Política Pública de Assistência Social<sup>5</sup>.

Não podemos, contudo, perder de vista, o tempo histórico a situar o avançar dessas normativas. Atento, assim, para o fato de que estas surgem em um País periférico e emergente, a acompanhar o movimento em curso no Continente Latino-americano nas primeiras décadas dos anos 2000, qual seja: “período de ascensão de governos progressistas, de diferentes matizes, sustentados em movimentos e organizações sociais de caráter emancipatório” (CARVALHO, GUERRA, 2015. p. 45).

Em solo brasileiro, tem-se a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república em 2003, na figura do então presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2011), conhecido e consagrado popularmente como “Lula”. E, em posterior, sua aliada Dilma Rousseff (2012-2016), cujo segundo mandato foi interrompido mediante o *golpeachment* (KLLIAS, 2016) político civil de 2016. Os governos petistas implementaram práticas políticas que provocaram transformações e ressignificações no campo da garantia de direitos sociais. Estes governos, entretanto, possuíram características peculiares, haja visto que, segundo pontuam Carvalho e Guerra, fora um período fomentado por uma

---

<sup>4</sup> Coaduno com a perspectiva de Harvey, ao pontuar a existência de um conceito de Neoliberalismo como sendo “um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (HARVEY, 2008. p.27).

<sup>5</sup> Destaco, aqui, a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) como fruto das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003. Em posterior, tem-se como fator de cunho extremamente significativo, a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) também do referido ano (2005) e atualizada na Nob/Suas de 2012. Fortalecida, ainda, pela elaboração da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), em 2006.

“estratégia cesarista de busca de equilíbrio entre interesses do capital e do trabalho” (2015, p. 52).

Entretanto, é válido frisar que se trata de um campo socioassistencial não só à mercê de medidas nacionais drásticas – a exemplo do corte de orçamento brusco para o ano de 2018, anunciada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)<sup>6</sup> – provocadas pela reviravolta política no cenário brasileiro desde meados de 2016, com o golpe que destituiu Dilma Rousseff e colocou como presidente, o até então vice-presidente, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como também à mercê de mudanças no direcionamento político em Fortaleza-Ce.

*A priori*, no que tange à construção da Política de Assistência Social em Fortaleza, atento para o fato de que, segundo Alves e Campos (2012), esta foi a última capital a instaurar uma secretaria própria para a gestão desta política pública. E, segundo estas autoras, esta inserção, entretanto, fez parte de um novo modelo de cidade, vindo a configurar a dinâmica político-social e a própria estruturação do município. Deste modo, como parte destes “novos caminhos” a serem traçados na capital, a Secretaria de Assistência Social foi criada em 2007, pela gestão Fortaleza Bela – durante o governo petista da ex-prefeita do Partido dos Trabalhadores (PT) Luizianne Lins (2005-2012) – sendo denominada Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS<sup>7</sup>). Denotamos uma relação significativa dessa política com a gestão petista, ao passo que foi a partir dela que se iniciou uma nova configuração da Assistência Social estatal em Fortaleza, em acordo com as normativas e regulações da PNAS (2004) e do SUAS (2005, 2012), fazendo-se construir e resistir por vias de um desejo coletivo.

Entretanto, tomamos a implementação dessa Secretaria, e o caminho percorrido por esta no governo petista, caracterizado pelo “compromisso de assegurar a implementação das ações socioassistenciais como política de direito” (ALVES;CAMPOS, 2012, p.19), como referência para sinalizar dois

---

<sup>6</sup> Ver melhor no “O manifesto contra o golpe que inviabiliza o Sistema Único de Assistência social é contra a população brasileira”, encontrado em: <http://www.cresspr.org.br/site/manifesto-contra-o-golpe-que-inviabiliza-o-suas/>.

<sup>7</sup> Segundo Alves e Campos (2012) esta “surgiu com o objetivo de coordenar e fortalecer a Política Municipal de assistência Social, formular políticas e elaborar diretrizes que orientam ações para a melhoria das condições de vida da população mais pobre e em situação de vulnerabilidade social em Fortaleza (ALVES, CAMPOS, 2012; p.18).

momentos-chaves a incidir na organização da PAS no território de Fortaleza, e que irão se refletir no campo de pesquisa, no período em que esta ocorreu. Falamos sobre as decisões tomadas pela gestão pós-PT, na figura do prefeito do Partido Democrático Trabalhista (PDT) Roberto Cláudio (2013 até 2020), que irão se contrapor aos avanços tomados na gestão anterior, sinalizando contradições e retrocessos no campo socioassistencial em Fortaleza.

No seu primeiro mandato como prefeito (2013-2016), Roberto Cláudio, segundo apontam Almeida e Bezerra (2016), reconfigurou a organização da Política de Assistência Social ao criar a Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA). Com isto, constituiu-se a Coordenadoria de Gestão Integrada da Assistência Social (COIAS), dividindo atenção com outras coordenadorias, como a de trabalho e a de segurança alimentar e nutricional. Já em sua segunda gestão, iniciada em 2017, transformou a SETRA em Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SDSDH). Frente a isto, destacamos a contradição entre esses dois governos - do PT e o do PDT - a apontarem focos de atuações diferenciadas. Se, em um primeiro momento, o Governo Petista, na figura de Luizianne Lins, se voltou para o campo socioassistencial e reconheceu a importância de criar uma secretaria própria para ele, a gestão que assumiu posteriormente sinaliza mudanças significativas na estruturação dessa política nos tempos contemporâneos.

Ao tomar parte deste contexto, consideramos interessante traçar os percalços e as imagens em torno deste campo socioassistencial, sob os olhares e os significados atribuídos a este pelas sujeitas que estão à mercê dos seus avanços e retrocessos, a constituir seu “público-alvo” preferencial. Em um primeiro momento sinalizamos que, em ambos os equipamentos, me deparei com usuárias que afirmaram não compreender, ao certo, o espaço e objetivos do CRAS como parte de uma política pública específica, a PAS. Como um equipamento inserido em uma esfera pública, a constituir, segundo Potyara (2009, p.4) “um locus construído social e historicamente na interconexão da relação entre Estado e sociedade e, como tal, um campo de conflitos e negociações em que se entrecruzam demandas diferenciadas”. Identifiquei, ao contrário, uma não percepção sobre essa relação entre Estado e sociedade civil, a caracterizar o espaço público (TELLES, 1999). Pois, quando questionadas



sobre a presença do Estado em seus territórios, muitas alegaram não haver e, quando impelidas a sugerirem ações estatais, remeteram-se aos âmbitos da educação, da saúde e do lazer, como se o CRAS não fosse um equipamento estatal, e também não expressasse essa relação.

Em contraponto, quando questionamos sobre o que minhas interlocutoras pensavam e sentiam em relação à Política de Assistência Social, encontramos, em formas vagas e semblantes confusos, noções emblemáticas sobre este campo socioassistencial estatal, a exemplo da ideia ainda viva em relação a ajuda e/ou o apoio. Este sentido atribuído à Assistência Social, também dado pela maioria das entrevistadas, nos levaram a refletir sobre a presença das noções de benemerência, assistencialismo e filantropia leiga tão fortemente arraigados nas teias que construíram esse campo.

Acerca dessa historicidade, retomamos como base a afirmação das gestoras desta política pública no governo da ex-prefeita Luizianne Lins (2005 à 2012): “(...) em Fortaleza, o trabalho vem sendo realizado na tentativa de romper a concepção da Assistência Social como filantropia e benemerência - marca histórica de suas origens” (ALVES, CAMPOS. 2012, p.17). Identificamos uma distância entre campo das intenções – configurado também pelos marcos regulatórios da Política de Assistência Social (LOAS, 1993; PNAS, 2004; NOB-SUAS, 2012) – e campo de sua materialidade/execução cotidiana nos CRAS.

Ainda, identificamos uma relação afetiva que algumas delas indicaram possuir com o equipamento e o papel deste frente às mudanças em, sobretudo, seus campos pessoais. Encontrando-se diretamente vinculadas a situações opressivas que vivenciam cotidianamente, que as limitam e, ainda, continuam limitando-as em seu cotidiano de sofrimentos, desigualdades sociais e/ou raciais e violências de múltiplas configurações, com destaque à violência doméstica contra a mulher, presente, em majoritário, em seus viveres. Assinalamos, com isso, o papel de extrema importância da equipe técnica que compõe a equipe de referência do CRAS Canindezinho e do próprio equipamento em si, a fornecer acolhimento, orientação e informação, contribuindo para mudanças positivas na vida desta sujeita. Entretanto, esta acolhida não se encontra sozinha, no que tange a uma operacionalização efetiva das ações da PAS no âmbito de Proteção Social Básica. Aludimos ao foco, nesse equipamento, dado às usuárias do

Programa Bolsa Família, no qual se encontram inseridas oito das nove mulheres entrevistadas. E, ainda, do qual partiu um grupo de significado primordial para pensar as resistências frente aos desafios cotidianos e os retrocessos no campo socioassistencial estatal: o Grupo de Mulheres do CRAS.

O supracitado grupo é composto por mulheres anteriormente acompanhadas pela equipe técnica de referência do CRAS Canindezinho, através do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), fazendo parte de seu grupo de família. Ao fim deste acompanhamento, essas sujeitas reivindicaram, frente à coordenação da instituição, por iniciativa própria, a criação de um outro grupo. Esta iniciativa de usuárias somou-se às ações tomadas pela gestão da própria política, sinalizando um dado extremamente significativo para se refletir acerca das atuações dos (as) profissionais do CRAS do Canindezinho em relação ao outro CRAS pesquisado. Essa diferenciação dá-se quando, ao adentrar neste equipamento, encontrei uma funcionária pertencente ao território e líder de grande referência. Atena destaca-se por sua trajetória de vida e militância em seu território vivido, participando ativamente da gestão de espaços culturais e, ainda, atuando junto ao CRAS. Foi em suas palavras que a Política de Assistência Social assumiu um outro tom: a de Política Pública em processo de construção. Desse modo, ressaltamos dois elementos de importante destaque: primeiro, a figura de Atena simbolizando uma “segurança” à equipe técnica. Acerca disto, Almeida e Bezerra (2016), destacam que Atena corresponde a uma significativa tentativa de aproximação do CRAS aos seus territórios e famílias referenciadas, no intuito de conhecer suas especificidades, conflitos e seus modos de vida. Buscavam, assim, estabelecer vínculos, materializando o processo de territorialização, caracterizado como um dos eixos estruturantes desta Política de Assistência Social e do SUAS. Em segundo lugar, o próprio papel que os grupos – sobretudo o Grupo de Mulheres – possuem, a atuarem como um eixo entre equipamentos e usuárias, propiciando, segundo Almeida e Bezerra (2016), uma ligação afetiva entre elas, além de impulsionar suas criticidades e participação.

Concebemos, assim, o grupo de mulheres como espaço de partilha, uma experiência significativa de um serviço socioassistencial a ser fortalecido

cotidianamente, imbricado aos viveres destas mulheres. Neste sentido, parece haver, aqui, uma aproximação da perspectiva da implementação do SUAS e da política de Assistência Social como Política Pública garantidora de direitos, ao serem propostas “atividades e discussões que partindo do respeito pelos valores pessoais e cultura local, identificação e troca de saberes, ressignificam as vivências pessoais, familiares e comunitárias” (ALBUQUERQUE, JACOB, 2012. p. 106).

Ainda, frente a essas percepções das minhas interlocutoras sobre o campo socioassistencial, encontramos outro elemento que corresponde a determinadas imagens postas sobre essa política pública, e aqui reproduzidas nas falas das sujeitas entrevistadas. Trata-se do atrelamento do Programa Bolsa Família a este campo, é o que sinaliza, a priori, a seguinte fala:

Eu vim atualizar o meu cadastro né e aí eu vi outra visão o que era realmente o CRAS né, o que era é cadastro único, que eu não sabia o que era cadastro único [...] Cadastro único é uma porta que se abre e que dentro dela você encontra bolsa família e outras... (Nice<sup>8</sup>)

Em sua fala, Nice parece ter se surpreendido com o que encontrou por detrás da “porta” denominada Cadastro Único, indicando uma imagem estabelecida no senso comum de que o CRAS é espaço apenas para resolver pendências referentes ao Programa Bolsa Família. Por outro lado, em uma narrativa que tanto complementa, como sugere novos elementos para discussão, Astéria enfatiza:

Ah, o CRAS pra mim ele não significa só pra vim fazer cadastro único e ajeitar bolsa família, o CRAS pra mim ele tem muita função. Porque ele tem grupo, ele oferece grupo de convivência das mulheres, família PAIF, tem grupo de adolescente, tem o grupo dos idosos, tem o grupo de criança. Aqui o CRAS ele não é somente uma placa CRAS, como tem muito CRAS que não oferece tudo isso mas esse daqui oferece. Esse daqui oferece tudo isso ai e muito mais, as vezes a gente vem atrás de uma declaração, a gente vem atrás do comprovante pra poder ir pra baixar renda da Coelce, aqui a gente já encontra. A gente vem conversar com Assistente Social, são todas educadas, todas simpáticas, todas recebem a gente super bem.

Sua fala remete a uma perspectiva de CRAS que extrapola o CADÚNICO/PBF, denotando uma noção geral sobre a dinâmica do equipamento que, ainda, segundo esta sujeita, se diferencia dos demais ao passo que propõe atividades diferenciadas,

---

<sup>8</sup> Escolhi, face ao meu interesse subjetivo por mitologia, trazer o nome de algumas das personagens da mitologia grego-romana e egípcia, para emprestá-los as nove mulheres de minha pesquisa.

como o grupo das mulheres e os grupos do SCFV, e por possuir um atendimento de qualidade por meio de sua equipe técnica. Em contrapartida, no CRAS da Granja Portugal, encontramos nas falas das interlocutoras uma ligação com o equipamento estatal apenas para resolver pontos pertinentes ao PBF, a exemplo das condicionalidades<sup>9</sup>.

Entretanto, para além das diferenças entre as percepções das usuárias dos dois equipamentos, nos detivemos neste programa em específico citado por elas – PBF – para mergulhar em um outro ponto chave de necessária discussão nesta pesquisa acadêmica: a forte presença feminina a ser chamada para a frente dos serviços e, em principal, para lidar com os assuntos referentes a este programa. Sinalizamos, em principal, três pontos importantes e ávidos por problematizações: a atribuição da titularidade do Programa Bolsa Família às mulheres; a matricialidade sociofamiliar (PNAS, 2004), como um dos eixos estruturantes da PAS; e a família como alvo central dos serviços. Neste aspecto, o que recai sobre as mulheres chefes de família na segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, como um dos princípios da proteção socioassistencial (PNAS, 2004).

*A priori*, sobre a representação legal das mulheres no Programa Bolsa Família, precisamos destacar dois pontos importantes a imporem vias de reflexões urgentes. Primeiro, questionamos esta centralidade atribuída ao benefício do PBF no que tange à melhoria de vida dessas sujeitas, incidindo diretamente na questão da classe social, haja visto que algumas delas só possuem a renda do programa. E outras, seguem em trabalhos precários e buscam como Héstia, na renda do PBF, uma espécie de “ajuda”, e/ou um complemento salarial para arcar com as despesas diárias. Neste sentido, consideramos assertiva a análise de Yazbek (2012) ao pontuar que este

---

<sup>9</sup> Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família caracteriza-se como um trabalho que funciona pelas parcerias entre os três níveis de governo e outros setores. Ocorre ainda em etapas, das quais seja: Identificação do público que será acompanhado, envio do público para acompanhamento aos parceiros das áreas de educação e saúde, períodos de acompanhamento das condicionalidades do PBF e de registro das informações nos sistemas, consolidação dos resultados do acompanhamento, aplicação dos efeitos sobre os benefícios, aviso às famílias e apresentação de recursos, aplicação dos efeitos sobre os benefícios, aviso às famílias e apresentação de recursos, análise e sistematização de informações para subsidiar outras políticas e trabalho social com famílias. Ver mais em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>.

programa, além de “aliviar” a pobreza, não propõe discussões acerca das estruturas sociais nas quais as desigualdades sociais estão solidificadas, o que acaba por limitar suas ações ao plano do imediatismo, caracterizando-se, segundo esta supracitada autora, mais como um meio de controle da pobreza e intensificação da legitimação do Estado.

Entretanto, estas funções irão atingir planos para além da esfera da classe social, perpassando também os gêneros. Este, caracterizado aqui como o segundo ponto central de análise, corresponderá ao papel feminino frente às ações desse programa que tem como público alvo as famílias. Encontramos vestígios dessa relação no documento de orientações para o acompanhamento das famílias (2006) ao referir-se ao PBF no âmbito do SUAS, a sinalizar que “as ações com famílias envolvem o reconhecimento da organização do cotidiano, o exercício dos papéis e funções na família, as relações de geração e de gênero, de autoridade e afeto” (BRASIL, 2006, p. 17).

Destarte, será que a Política de Assistência Social, de fato, reconhece as relações e dinâmicas de gêneros no seio familiar? Apesar destas mulheres constituírem, em majoritário, o “público” dos programas e serviços – conforme visto na presente pesquisa – parece não haver um aprofundamento por parte dessa política em torno da figura feminina a constituir papel central no núcleo familiar, como, em sua maioria, chefes de família e provedoras. Ao contrário, as imagens de mãe/esposa/dona de casa atribuído às usuárias, acabam por ser reforçados ao passo que essas mulheres assumem as responsabilidades frente às obrigações educacionais e de saúde dos (as) seus/suas filhos (as), previstas nas condicionalidades do PBF, e a ações que tratam especificamente da família e de sua gestão. *A priori*, nos ativemos aos significados das mulheres assumirem o comando, como chefes de suas famílias, corroborando com a análise de Osterne (2001) no qual analisa ser considerável o aumento da participação feminina na população nacional economicamente ativa e que “essas circunstâncias, entretanto, não têm sido capazes de superar as assimetrias de gênero” (OSTERNE, 2001, p. 131). O aumento das mulheres como chefes de família, desta feita, apesar de denotar um deslocamento do modelo tradicional

de família<sup>10</sup>, não sugere, de fato, uma ruptura com as relações desiguais entre gêneros. Pois, conforme destacou a autora, o valor da figura masculina não se dá apenas pela sua capacidade de produção. Frente a isto, consideramos válido mencionar que, parte das nossas interlocutoras, ao se identificarem como chefes de família, residem sem companheiro, e possuem ainda trajetórias de violência doméstica e abandonos sofridas por seus ex parceiros. Indicando, em vias interpretativas, que não se trata, efetivamente, de um rompimento com esse modelo.

Um segundo ponto que consideramos válido ressaltar, em meio a esta discussão de chefia feminina, é que, segundo o Instituto de Pesquisa aplicada (IPEA/2011), são as mulheres negras quem têm assumido a chefia das famílias submetidas às situações com maiores vulnerabilidades sociais. Estabelece, assim, uma relação inversamente proporcional entre a Política de Assistência Social e estas sujeitas, pois, mesmo que “a cobertura de serviços básicos à população brasileira tenha aumentado nos últimos anos, destacam-se as situações de vulnerabilidades sociais nas quais se encontram as mulheres pobres e negras” (OSTERNE, PEIXOTO, 2012, p.55). Problematisamos, desta feita, os motivos pelos quais esses dois crescimentos tornam-se inversamente proporcionais, pois, haja visto que as mulheres negras encontram-se em majoritário dentro desses serviços básicos, poderíamos pressupor que deveria existir uma melhoria no que tange às suas condições de vida. Frente a isto, indago se a Política de Assistência Social não acaba por invisibilizar elementos pertinentes às dinâmicas relacionais de seu público majoritário, neste caso as condições de vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres negras, que incidem e atravessam seus territórios de atuação.

Dessa forma, embora esta política pública já ter apresentado, no correr dos últimos anos – me refiro, em principal, aos anos 2000 nas gestões Petistas – mudanças significativas no que consta em suas normativas, ainda não parece, de fato, ter alcançado níveis reais daquilo que se propõe. Destacamos, então, a

---

<sup>10</sup> “A família, entre os pobres urbanos, via de regra, estrutura-se como um grupo hierárquico mais próximo do padrão de autoridade patriarcal, cujo preceito básico é a primazia do homem sobre a mulher, dos pais sobre os filhos e dos mais velhos sobre os mais novos. Nesse contexto, o núcleo doméstico organiza-se tendo como referência a tradicional divisão sexual, na qual o homem é o provedor e a mulher a dona - de - casa” (OSTERNE, 2001. p. 91).

urgência de promover a discussão acerca das relações de gênero, em sua interseccionalidade com as relações étnico-raciais e a condição de pobreza, a indicar o pertencimento destas mulheres-usuárias à classe trabalhadora. Pois, como, de fato, propor às usuárias dos CRAS, condições de direitos sociais, políticos e culturais, sem adentrar no campo das relações étnico-raciais e patriarcais que, inter-relacionadas à dimensão de classe social configuram-se eixos estruturantes da formação sociohistórica e cultural brasileira? Ou sem enxergar, na vida de suas usuárias, marcas de um passado a originar e reproduzir opressões, desigualdades e discriminações ainda atuais? E, principalmente, como efetivar uma emancipação política dessas sujeitas sem identificar que este ser-usuário (a) é, eminentemente, **feminino e negro (a)**, portanto, a sofrer, cotidianamente, as marcas das relações desiguais de gêneros e étnico-raciais? São questionamentos necessários para apreender as formas pelas quais essa política pública vem se efetivando enquanto garantidora de direitos socioassistenciais, a dialogar com seus/ suas usuários (as) construindo, ou não, frentes de resistências neste contexto de Brasil de desmontes e retrocessos pós-golpe político e civil.

Por outro lado, para além da percepção de uma ausência de reconhecimento do Estado frente às especificidades dos perfis de suas usuárias, destaco, aqui, as resistências em processo produzidas por essas sujeitas. Microrresistências encontradas, nesta pesquisa acadêmica, em múltiplas formas, sobretudo, no cotidiano do CRAS Canindezinho, a sinalizar tentativas de reconstrução e ressignificação desta política pública na PSB. Falamos, *a priori*, da figura de Atena e sua vontade de transformar, efetivamente, a vida das mulheres. Destarte, o papel que essa representa para as demais interlocutoras encontra-se no plano daquilo que não é dito, invisível aos olhos de um (a) desatento (a). Atena, sendo mulher negra, em condição de pobreza e moradora da periferia, inserida na frente dos serviços em que se encontram outras mulheres negras, a vivenciarem, em seus cotidianos, dinâmicas de vida semelhantes às suas, propõe mais do que reconhecimento, mas o encontro de possibilidades de resistências, inspirada por seus olhares e por suas lutas no nível cotidiano. Ainda, as próprias usuárias, a apreenderem, em suas vivências partilhadas, dinâmicas de forças e reconhecimento, incidem frente às

vulnerabilidades sociais nas quais estão inseridas em seus territórios. Aproxima-se de uma consciência emergente em meio ao cotidiano. O descaso, o sofrimento e o preconceito, em suas múltiplas facetas, tornam-se pontos de semelhanças entre essas mulheres, a se reconhecerem em olhares, gestos e expressões carregadas de sentidos. Consideramos ser de extrema importância a insistência na manutenção destes grupos de mulheres, a demonstrar, sobretudo, subjetivações em processo de construção e fortalecimento, a resistirem e incidirem nos desejos coletivos em busca da materialização de suas autonomias e garantia de direitos.

Assim, os grupos desenvolvidos pelo CRAS Canindezinho, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em principal o grupo de mulheres, acabam por sinalizar uma significativa potencialidade no campo estatal e que o transcende, caracterizado pela possibilidade de se fortalecer as estratégias de construção de identidades, resistências e de lutas, a sinalizar possibilidades de emancipações política e humana, sustentadas pelas vias do reconhecimento social dessas mulheres enquanto sujeitas de suas histórias, a serem dialogadas, enfrentadas e transformadas.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os caminhos traçados para a maturação deste trabalho deram-se por linhas e tons a sustentarem e colorirem um terreno fértil e frutífero, permeado de incertezas, desafios e, sobretudo, possibilidades. Tratamos, aqui, de ressaltá-los, para vias de conclusão, dando ênfase às descobertas e às reflexões finais, que seguem e seguirão, por muito, a pairarem sobre esses ares tempestuosos e imprevisíveis, que dão definição às formas dos processos históricos e, em meio a estes, as várias vidas inseridas em seus pontos centrais de tensões.

Enfocamos, sobretudo, as microrresistências tecidas nesses espaços dos CRAS, que configuram pontos chave a serem discutidos e aprofundados. *A priori*, a existência de mulheres que apreendem essa unidade pública estatal da Proteção Social Básica – em principal o CRAS Canindezinho – como espaços centrais em suas vidas, e, face à forma como os ocupam, sinalizam a existência



disposições e interesses por parte do público majoritário dessa política pública em ocupar e ressignificar seus espaços e serviços socioassistenciais. Por outro lado, as atitudes da própria equipe de trabalhadores (as) do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), encontradas nestes CRAS, parecem corresponder e fortalecer esse interesse, ao passo que também resistem em meio aos processos de precarização de suas condições de trabalho, adentrando nos territórios referenciados e buscando apreender suas especificidades para exercer relações dialógicas com os (as) usuários (as) desta política pública.

Desse modo, diante das resistências em construção, identificamos um potencial de extremo significado a ser fortalecido via trabalho político-pedagógico nestes equipamentos estatais, reconhecendo as particularidades e potencialidades destas mulheres negras moradoras da periferia e sujeitas de direitos. *A priori*, consideramos urgente que o Estado se volte para a apreensão desse perfil, resgatando e reconhecendo suas especificidades e os pontos similares na vida dessas sujeitas, como os aqui encontrados e pontuados, de modo a romper com tais construções históricas de hierarquização, discriminação e violência perpetradas contra a população negra, em situação de pobreza, residentes nas nossas margens urbanas e, em especial, as mulheres negras. O enfrentamento político das vulnerabilidades postas exige o reconhecimento, compreensão interseccional e combater das desigualdades e discriminações históricas estruturantes da sociedade capitalista brasileira em suas configurações neste século XXI.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ana Paula Reges de; JACOB, Cícero Renato Ribeiro. A proteção Social Básica no Município de Fortaleza. In:\_\_\_\_\_.
- ALBUQUERQUE, C. S, Studart ; ALVES, M. E. R. (Orgs.). **Assistência Social em Fortaleza: uma política de direito em construção**. Fortaleza: SEMAS/PMF/EdUECE, 2012. p. 101-111.
- ALMEIDA, Graziela de Oliveira; BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica (IC/UECE): **Tensionamentos conceituais no sistema único de assistência social: pobreza, vulnerabilidade e riscos sociais nas percepções de usuários dos centros de assistência social Canindezinho e Granja Portugal**. Fortaleza, jul. 2016. 69 p.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues; CAMPOS, Irenice de Oliveira. Fortaleza, de um desejo a um direito de cidade: a construção da Assistência Social como política de direito. In: \_\_\_\_\_. ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; ALVES, Maria Elaene Rodrigues (Orgs.). **Assistência Social em Fortaleza**: uma política de direito em construção. Fortaleza: SEMAS/PMF/EdUECE, 2012. Intro. p. 13-20.

BEZERRA, Leila Maria Passos de S. **Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas**: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, 2015. 450 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza (CE), 2015.

\_\_\_\_\_. Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce. Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5, 2011. **Anais...** Fortaleza: UFMA, 2011.

BONETTI, Dilsea; et al (Orgs.). **A assistência Social na trajetória das políticas sociais Brasileiras**: uma questão em Análise. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 124 p.

BRASIL. Presidência da República. (CONSTITUIÇÃO, 1988b). **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** - PNAS, Brasília: 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social** -Nob/SUAS, Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social** -NOB - RH/SUAS, Brasília: 2011.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p.16-26, out. 2008.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, MA, v. 19, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2015.

COUTO, Berenice Rojas et al (Orgs.). **O Sistema único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010. cap. 2. p.32-65.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008. 235 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2012, 256 p.

KLIASS, Paulo. **O golpeachment e as expectativas**: a campanha disseminada pela mídia e o ódio superdimensionado foram elementos que contribuíram para criar o clima de “esperar para ver como é que fica”. Carta maior, 2016. Disponível em:  
<<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-golpeachment-e-as-expectativas/7/36069>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

NEGROS representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos. Uol Economia, 2015. Disponível em:  
<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>>. Acesso em: 20 out. 2017.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 332 p.

OSTERNE, Maria do Socorro. **Família, Pobreza e Gênero**: o lugar da dominação masculina. Fortaleza: EDUECE, 2001. 266 p.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social**: temas e questões. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2009. 216 p.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.